

Maura Soares

Assunto: Apreciação pública sobre a Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Importância: Alta

De: rita.borges [REDACTED] <[REDACTED]>

Enviada: 23 de abril de 2025 23:56

Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>

Assunto: Apreciação pública sobre a Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Importância: Alta

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,

No âmbito da Apreciação Pública sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), venho manifestar a minha total oposição à alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores.

Conheço a evidência científica que suporta a importância das áreas marinhas de proteção total, bem legisladas e geridas, como as ferramentas mais eficazes para a proteção do oceano e garante da sustentabilidade do oceano.

O mar dos Açores tem ecossistemas únicos e uma enorme diversidade marinha que importa preservar e que tem um valor fundamental para o futuro da Região da Região. Com base num sólido conhecimento científico existente e num vasto processo participativo alargado que envolveu toda a comunidade, a criação de áreas consideradas como Reservas Marinhas, pressupõe a proteção total das áreas designadas como áreas de proteção total, como garante para o desenvolvimento económico e sustentável da região.

Com uma aposta estratégica na conservação marinha e no envolvimento de todos e da sociedade civil no processo de criação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas da Região, os Açores são um exemplo de liderança para a concretização da meta Global de se proteger 30% do oceano até 2030. Esta aposta tem sido feita de uma forma estruturada e consistente com um forte envolvimento da sociedade civil ao longo de todo o processo, tendo sido aprovada pelos órgãos legislativos competentes.

Considero que a proposta em apreciação é inaceitável e compromete seriamente a aposta que tem sido feita na proteção dos valores únicos do mar dos Açores, que tem destacado a Região a nível mundial, uma vez que permitir a pesca nestas áreas contraria os princípios e objetivos de uma Área Marinha Totalmente Protegida.

Deste modo, apelo à rejeição da proposta de alteração legislativa, para que a Região dos Açores mantenha firme o seu compromisso com a proteção do mar dos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

Rita Borges